



# ENAPEGS 2018

X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social

**DIÁLOGO COMO RESISTÊNCIA:**  
Gestão Social, Crises e Futuro das Democracias

**Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores  
em Gestão Social - ENAPEGS**

**20 a 24 de maio de 2018**

**ATELIÊ DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESCOLA LIVRE EM GESTÃO SOCIAL  
II CINE GESTÃO SOCIAL**

## **Organizadores**

Francisco Ranieri Moreira da Silva  
Jeová Torres da Silva Júnior  
Ives Romero Tavares do Nascimento  
Waleria Maria Menezes de Moraes Alencar

**UFCA**  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI  
PROEX | PRPI | PROCLUT

**LIEGS**  
Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social

**ITEPS**  
Instituto Tecnológico de Empreendedorismo,  
Pesquisa e Soluções | UFCA

**RGS**  
REDE DE PESQUISADORES  
EM GESTÃO SOCIAL





# ENAPEGS 2018

X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social

## DIÁLOGO COMO RESISTÊNCIA: Gestão Social, Crises e Futuro das Democracias

Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores  
em Gestão Social - ENAPEGS

20 a 24 de maio de 2018

ATELIÊ DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESCOLA LIVRE EM GESTÃO SOCIAL  
II CINE GESTÃO SOCIAL

### Organizadores

Francisco Ranieri Moreira da Silva  
Jeová Torres da Silva Júnior  
Ives Romero Tavares do Nascimento  
Waleria Maria Menezes de Moraes Alencar

**UFCA**  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI  
PROEX | PRPI | PROCULT

**LIEGS**  
Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social

**ITEPS**  
Instituto Tecnológico de Empreendedorismo,  
Populares e Sustentáveis | UFCA

**RGS**  
REDE DE PESQUISADORES  
EM GESTÃO SOCIAL



## Patrocínio:



## Apoio de mídia:



## Apoio:



## Parceria:



**COORDENAÇÃO GERAL**  
Jeová Torres Silva Jr. (UFCA)

**COORDENAÇÃO CIENTÍFICA**

Francisco Raniere Moreira da Silva (UFCA)

**MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA**

Augusto de Oliveira Tavares (UFCA)  
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins (UFC)  
Cleónisia Alves Rodrigues do Vale (UFCA)  
Danyelle Queiros Lima Chagas (FAP-CE)  
Eduardo Vivian da Cunha (UFCA)  
Ives Romero Tavares do Nascimento (UFCA)  
Régio Hermilton Ribeiro Quirino (FAP-CE)  
Sílvia Roberta Oliveira e Silva (FAP-CE)  
Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar (UFCA)

**COMITÊ CIENTÍFICO**

Airton Cardoso Caçado (UFT)  
Ariadne Scalfoni Rigo (UFBA)  
Fernando Guilherme Tenório (FGV-RJ)  
Genauto Carvalho de França Filho (UFBA)  
José Roberto Pereira (UFLA)  
Ladislau Dowbor (PUC-SP)  
Luciano Antonio Prates Junqueira (PUC-SP)  
Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV)  
Paula Chies Schommer (UDESC)  
Rosa Maria Fischer (USP)  
Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)  
Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias (USP)  
Tânia Margarete Mezzomo Keinert (IS/SES/SP)  
Tânia Maria Diederichs Fischer (UFBA)

**NORMALIZAÇÃO**

Taís Regina Dias Gama Nunes  
Tatiana Cristina Dias Gama Nunes

**DIAGRAMAÇÃO**

Taís Regina Dias Gama Nunes  
Tatiana Cristina Dias Gama Nunes  
Jônatas José Lobo Oliveira

**AVALIADORES**

Abdon Ribeiro  
Adelia Alencar Brasil  
Adriana Fumi Chim Miki  
Airton Cardoso Caçado  
Alan Ferreira Freitas  
Alcides Fernando Gussi  
Alex Luiz Barros Vargas  
Alice Dianezi Gambardella  
Ana Maria Albuquerque Vasconcellos  
Anderson Gheller Froehlich  
Andrea Leite Rodrigues  
Andreia Cardoso Ventura  
Andre Silva Pomponet  
Armindo dos Santos de Sousa  
Teodósio  
Augusto de Oliveira Tavares  
Bianca Burdini Mazzei  
Breyner Ricardo Oliveira  
Bruno Luan Cardoso  
Caio Cesar Medeiros Costa  
Carla Pasa Gomez  
Carlos Alberto Sarmento do Nascimento  
Carlos Frederico Bom Kraemer  
Cecilia Matonte Silva  
Cícera Mônica da Silva Souza Martins  
Cicero Augusto Prudêncio Pimenteira  
Cintia Moura Mendonça  
Claudiani Waiandt  
Cleyton Feitosa  
Conceição Malveira Diogenes  
Cristiane Betanho  
Cristiano Castellao  
Daniel Neto Francisco  
Diana Cruz Rodrigues  
Diego Coelho do Nascimento  
Diná Andrade de Lima Ramos  
Diogo Ferreira Redo  
Doraliza Auxiliador A. Monteiro  
Douglas Mendonsa  
Edgilson Tavares Araújo  
Edimeia Ribeiro  
Edina Souza Ramos Mendes  
Edson Sadão Likuza  
Eduardo Vivian Cunha  
Elei Chavier Martins

Emerson Silva Santos  
Estevão Limas Arrais  
Fabio Resende  
Fabio Sousa Mendonça de Castro  
Fabricio Noura Gomes  
Flávia Mazadro  
Francine Remalho de Aguiar  
Francisco Raniere Moreira da Silva  
Geovani de Oliveira Tavares  
Heribeth Christiano Pereira de Andrade  
Hironobu Sano  
Ian Requião de Castro  
Iana Carla Couto  
Ilzver de Matos Oliveira  
Inacilma Rita Silva Andrade  
Ingrid Mazza Matos Ramos  
Iranilde de Oliveira Silva  
Isavel Sampaio Angelim  
Italo Anderson Santos Araújo  
Italo Anderson Taumaturgo dos Santos  
Ives Romero Tavares do Nascimento  
Janaina Lopes Pereira Peres  
Janaina Melo  
Janaína Rute da Silva Dourado  
Jaqueline Dourado do Nascimento  
Jean Carlos Machado Alves  
Jeferson Antunes  
Jéssica Moliterno Genú  
João Martins de Oliveira Neto  
John Wilkinson  
Jones Nogueira Barros  
José de Arimateia Valadao  
Josevana de Lucena Rodrigues  
Juarez Paiva  
Julio Cesar Andrade de Abreu  
Leandro Saraiva  
Leonardo Prates Leal  
Liana de Andrade Esmeraldo Pereira  
Ligia Alvares Mata Virgem  
Lindijane Souza Bento Almeida  
Luciana Bessa Silva  
Luciana Rodrigues Ferreira  
Luisa Cherem Pereira  
Luiz Arthur Silva de Faria  
Luiz Fernando Macedo Bessa  
Lys Maria Vinhaes Dantas  
Manuela Ramos Silva  
Marcia Regina Ferreira  
Marcio De Albuquerque Vianna  
Maria Amélia Jundurian Cora

Maria Helena Andrade  
Maria Laís Santos Leite  
Maria Nezilda Culti  
Mario Vasconcellos Sobrinho  
Mauricio de Albuquerque Vianna  
Milton Jarbas Rodrigues Chagas  
Nathália Figueiredo de Azevedo  
Osia Alexandrina Vasconcelos  
Patricia Maria Emerenciano de Medonça  
Patria Maria Mendonça  
Patricia Vendramini  
Patrick Maurice Maury  
Paulo Reis  
Paulo Ricardo da Costa Reis  
Rafael Junior dos Santos  
Figueiredo Salgado  
Raoni Azeredo  
Renata Callaça Gadioli  
Rezilda Rodrigues Oliveira  
Riyuso Ikeda Junior  
Roberto Sanches Padula  
Ronalda Barreto  
Rosana de Freitas Boulosa  
Rosângela Dias Oliveira da Paz  
Rose Martins Tavares  
Salette Gonçalves  
Sandra Gomes  
Sandro Benedito Sguarezzi  
Sandro Luis Gaia Pamplona  
Sandro Pereira Silva  
Saulo Gomes Batista  
Shirlene Consuelo Alves Barbosa  
Sindely Chahim de Avellar  
Alchorne  
Socorro Lima  
Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo  
Suzanne Érica Nóbrega Correia  
Tadeu Lucas de Lavor Filho  
Tatiana Aparecida Ferreira Doin  
Teresa Pires  
Thaynah Barros de Araújo  
Thiago Ferreira Dias  
Valdemir Pires  
Valeria Giannella  
Verônica Macário de Oliveira  
Vinicius Farias Moreira  
Vinicius Henrique Brandão  
Wellington Migliari  
Wendell de Freitas Barbosa  
Zilma Borges

S588

ENAPEGS (10.: 2018: Juazeiro do Norte, CE)

Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Ateliê de Pós-Graduação) – Juazeiro do Norte: UFCA, 2018. 32p.: il.

Vários autores

1. Gestão Social. 2. Políticas Públicas. 3. Democracia. 4. Anais. I. Título. II. UFCA. III. Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social.

CDD 351

## SUMÁRIO

### **Ateliê de Pós-Graduação..... 8**

JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS PELOS JOVENS INDÍGENAS PATAXÓ NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO DESCOBRIMENTO, EXTREMO SUL DA BAHIA ..... 9

Altemar Felberg

GESTÃO TERRITORIAL QUILOMBOLA: CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS TERRITORIALIDADES NA CHAPADA DO ARARIPE - CARIRI-CE..... 10

Geovani de Oliveira Tavares

ÚTIL PARA QUE(M)? UM ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DA UTILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PELA PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS ..... 11

Laerson Morais Silva Lopes

GOVERNO ECONÔMICO E TERRITORIAL DO MUNDO RURAL NO BRASIL: COALIZAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS E MODO DE DESENVOLVIMENTO ..... 12

Mathieu Eymeric Cornil Fruleux

RELAÇÃO ENTRE VOLUNTARIADO E CIDADANIA ATIVA NO TERCEIRO SETOR: UMA PROPOSTA DE MENSURAÇÃO ..... 13

Patricia Trindade Caldas

DADOS ABERTOS COMO INDUTORES DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE SOCIAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UM ESTUDO A PARTIR DE MUNICÍPIOS GAÚCHOS ..... 14

Reneo Pedro Prediger

COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DAS MELHORES PRÁTICAS DESENVOLVIDAS EM ÓRGÃOS FEDERAIS EM UBERLÂNDIA (MG)..... 15

Sarentaty Inês Karoline Santana dos Reis

AFINAL, O QUE É A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO? TEORIZANDO OS SENTIDOS DO FENÔMENO ORGANIZACIONAL PELA *GROUNDED THEORY* ..... 16

Tatiana Aparecida Ferreira Doin

### **Escola Livre em Gestão Social ..... 18**

COMPARTILHANDO REPRESENTAÇÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE ..... 19

*SHARING REPRESENTATIONS ABOUT THE ENVIRONMENT* ..... 19

*COMPARTIENDO REPRESENTACIONES SOBRE EL MEDIO AMBIENTE* ..... 19

Carlos Sarmiento do Nascimento; Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo

COMUNICAÇÃO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	20
Nelson Russo Moraes; Alexandre Castro Campos; Fernando da Cruz Souza; Carolina Regazzo	
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA: RESISTÊNCIA E INCLUSÃO COMUNICACIONAL EM PROJETOS DE GESTÃO SOCIAL .....	21
Alberto Magno Perdigão Silveira	
OFICINA DE GESTÃO DE CONFLITOS EM GOVERNANÇA DE TERRITÓRIOS .....	22
João Martins de Oliveira Neto; Rosélia Maria Soares Mesquita	
PARTICIPAÇÃO, PESQUISA-INTERVENÇÃO E GESTÃO SOCIAL .....	23
Tania Mezzomo Keinert	
O PULO DO GATO: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO-AÇÃO, BASEADA NAS METODOLOGIAS INTEGRATIVAS, PARA AMPLIAR O ESCOPO, A EFICÁCIA E A CRIATIVIDADE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO SOCIAL .....	24
Valéria Giannella	
<b>II Cine Gestão Social.....</b>	<b>25</b>
Ficha técnica.....	26

## Apresentação

O **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS 2018)**, organizado pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) em parceria com a Universidade Federal do Cariri (UFCA). Aconteceu entre os dias 20 e 24 de maio, em Juazeiro do Norte com a finalidade de compartilhar ideias, discutir e refletir conjuntamente sobre os diversos desafios que nos circundam, na academia e na sociedade. Nesta mesma ocasião, celebramos os 11 anos de atuação da RGS, e a volta à cidade de origem do I ENAPEGS, ocorrido em 2007.

O tema dessa edição: “Diálogo como Resistência: gestão social, crimes e futuro das democracias” evoca o cenário atual de fragilização dos pilares da democracia e, sobretudo, a análise crítica acerca deste fenômeno que estamos vivenciando. Aliado a esta mesma conjuntura de comprometimento das bases da democracia se verifica uma redução da opção pelo diálogo, da possibilidade de exposição do contraditório e da afirmação de arenas de participação para diversas manifestações.

A programação do ENAPEGS 2018 contou com **04 conferências, 15 painéis temáticos e 31 sessões simultâneas de apresentação de artigos e relatos de experiências**. Além destas atividades tradicionais, e fortalecendo o caráter inovador e experimental dos ENAPEGS, realizamos o **II Cine Gestão Social** com 2 programas de exibição e debate de curtas-metragens, a **Escola Livre em Gestão Social** com 10 oficinas e minicursos, e o **I Ateliê de Pós-Graduação**, onde foram discutidos os projetos de pesquisa de mestrandos e doutorandos no/do campo da Gestão Social.

**Prof. Dr. Francisco Raniere Moreira da Silva**  
Coordenador Científico do X ENAPEGS

**Prof. Dr. Jeová Torres da Silva Júnior**  
Coordenador Geral do X ENAPEGS



# Ateliê de Pós-Graduação





## JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS PELOS JOVENS INDÍGENAS PATAXÓ NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COSTA DO DESCOBRIMENTO, EXTREMO SUL DA BAHIA

Altemar Felberg<sup>1</sup>

### Resumo

Segundo a Agenda Juventude Brasil, pesquisa de opinião pública realizada pela Secretaria Nacional da Juventude em 2013 com 3.300 jovens de 15 a 29 anos, em 187 municípios, *para mudar as coisas no Brasil* a “participação e mobilização nas ruas e ações diretas” foi a opção mais mencionada pelos jovens (45%), se sobressaindo à participação institucionalizada (35%). Trazendo a questão para o universo da pesquisa – Território de Identidade da Costa do Descobrimento, Sul da Bahia – destaca-se o caso emblemático da criação, em 2015, de forma autônoma e orgânica pelo Povo Pataxó, do Conselho Territorial da Juventude Pataxó da Bahia, instância independente, constituída com o objetivo de promover a participação do jovem indígena na elaboração de políticas públicas que possibilitem soluções as suas reais necessidades, bem como de viabilizar a interlocução direta da Juventude Pataxó com o Estado Brasileiro. A iniciativa foi um dos resultados do I Encontro Territorial da Juventude Pataxó da Bahia: pelo protagonismo, participação social e autonomia dos Jovens Pataxó, realizado na Aldeia Barra Velha, Município de Porto Seguro, no período de 14 a 16 de Janeiro de 2015, que reuniu mais de 300 jovens, de mais de 20 Aldeias Pataxó do Sul da Bahia. O evento, que teve por objetivo “promover meios ao Jovem Pataxó que permitam a sua mobilização e da sua Comunidade, visando ao alcance da sua autonomia, por meio de estruturada formação sociopolítica”, foi estruturado em torno de 08 Eixos Temáticos: 1 - Formação do Sujeito Social como Ser de Relações; 2 - Territórios Indígenas e Direitos Territoriais na Bahia; 3 - Juventude Pataxó e Saúde; 4 - Juventude Pataxó e Educação; 5 - Juventude Pataxó Cultura; 6 - Juventude Pataxó e Trabalho; 7 - Juventude Pataxó e Políticas Públicas; 8 - Conselho Territorial da Juventude Indígena Pataxó da Bahia – CONJUPAB. Dessa forma, a partir das experiências de participação suscitadas pela juventude brasileira, particularmente da juventude Pataxó, um dos caminhos possíveis parece ser o de buscar inovar as formas de participação na esfera pública, partindo da premissa da imprescindibilidade da participação social e política nos processos de interlocução com o Estado e de construção da cidadania, enquanto afirmação e reconhecimento de direitos e liberdades fundamentais. Para Lavallo (2011, p. 20) “a questão de fundo é a legitimidade e a possibilidade de se conectar práticas de representação com práticas de participação de modo induzir a responsividade dos atores no exercício de práticas de representação extraparlamentar”. Sendo assim, a pesquisa em curso consiste em refletir sobre as formas de participação da juventude, à luz dos limites das formas já cristalizadas, visando detalhar mecanismos e estratégias de participação, bem como caminhos e alternativas pedagógicas voltadas para a formação social e construção da cidadania participativa, tomando como referência a Juventude Pataxó do Sul da Bahia, como caso específico a ser investigado, através de uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualiquantitativa.

**Palavras-chave:** Juventude Pataxó. Participação. Cidadania. Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

## **GESTÃO TERRITORIAL QUILOMBOLA: CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS TERRITORIALIDADES NA CHAPADA DO ARARIPE - CARIRI-CE**

*Geovani de Oliveira Tavares<sup>1</sup>*

### **Resumo**

Pretendo desenvolver uma pesquisa que busca identificar a construção social dos Territórios Quilombola no Cariri Cearense, realizando uma análise dos impactos da conquista do direito ao título da terra nas formas de gestão (individual e coletiva) dos recursos naturais, e na organização social e política das comunidades quilombolas, seus arranjos institucionais e a governança territorial. Tenho como objetivos o estudo da gestão territorial das comunidades quilombolas da Chapada do Araripe no Cariri-CE, seus territórios e os processos de ocupação e titulação. Será feita uma análise comparativa da percepção de território nas comunidades tituladas e apenas certificadas. Por fim visio analisar a história fundiária, trajetória de migrações. As principais questões abordadas são sobre os conceitos de populações tradicionais quilombolas, territórios tradicionalmente ocupados, modos de ocupação e fixação das comunidades quilombolas, uso dos recursos disponíveis e a interdependência entre a titulação da terra e a ocupação efetiva das áreas. Utilizo referenciais teóricos sobre território, o uso coletivo ou individual da terra, questão agrária e a regularização fundiária dos territórios e o marco legal internacional e nacional sobre na Chapada do Araripe- Cariri-CE. A metodologia consiste na observação de campo e através da linha do tempo e da cartografia social participativa nos territórios quilombolas de Araripe-CE e Porteiras-CE.

**Palavras-chave:** Quilombolas. Gestão Territorial. Regularização Fundiária.

---

<sup>1</sup> Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília - UNB

## ÚTIL PARA QUE(M)? UM ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DA UTILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PELA PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS

*Laerson Morais Silva Lopes<sup>1</sup>*

### Resumo

Organizações da Sociedade Civil formam um importante campo de estudo da gestão social (TEODÓSIO, 2014), portanto este projeto de Tese dialoga em especial com pesquisadores e praticantes desse campo. O seu objetivo principal é **construir e aplicar uma metodologia de avaliação da utilidade social de organizações da sociedade civil**. Essas organizações procuram enfrentar os problemas vividos pela sociedade, nas variadas dimensões, buscando a utilidade social: alcance de objetivos coletivos, como a redução de desigualdes econômicas e sociais, a solidariedade e sociabilidade, e a melhoria das condições de educação, saúde, cultura, meio ambiente e de participação democrática (GADREY, 2005). Todavia, a efetiva contribuição dessas organizações na vida das pessoas é, muitas vezes, uma incógnita (FRANÇA FILHO, 2004; MOJO; FISCHER; DEGEFA, 2017) e aspectos contextuais podem levar a diferentes resultados (McHUGH; BIOSCA; DONALDSON, 2017). Para Silva Júnior (2016), a necessidade de demonstrar essa utilidade social conduziu à realização de procedimentos de avaliação e, com disso, os estudos sobre o tema ganham destaque. Alguns tratam das dimensões de utilidade social e das metodologias a serem consideradas (SOWA, SELDEN; SANDFORT, 2004; SILVA JÚNIOR, 2016; KSOLL et al., 2016; MOJO; FISCHER; DEGEFA, 2016; 2017; AHMED, MERSFIN, 2017); outros sobre o alcance das ações (BENINI; BENINI, 2015; McHUGH; BIOSCA; DONALDSON, 2017); ou ainda dos incentivos e as interferências no processo avaliativo (MITCHELL; BERLAN, 2016; 2017). Assim, esta pesquisa pretende, especificamente: (i) desmistificar a ideia de avaliação em organizações da sociedade civil; (ii) analisar as metodologias utilizadas e propor uma metodologia para essa avaliação; (iii) aplicá-la em organizações localizadas na região do Baixo Sul do Recôncavo da Bahia; e (iv) reavaliar a proposta com base nos resultados dessa aplicação, sugerindo uma metodologia para avaliação da utilidade social. Para os objetivos específicos “i” e “ii”, vem sendo feito um levantamento bibliográfico sobre utilidade social e sobre os procedimentos e metodologias adotadas para a sua avaliação. Também serão realizadas entrevistas e um grupo focal com associados e cooperados de algumas das organizações consideradas neste estudo. Na sequência, pretende-se analisar as nuances dos procedimentos de avaliação e construir a primeira versão de uma proposta de metodologia de avaliação. Quanto ao objetivo específico “iii”, serão realizadas visitas a todas as organizações selecionadas no estudo, adotando-se técnicas variadas de coleta de dados: observação não participante; entrevistas diretas e aplicação de questionário com associados, cooperados e outros cidadãos não vinculados às organizações. Esses procedimentos buscarão captar as dimensões de utilidade social, suas variáveis e indicadores observáveis no campo, complementando e/ou confrontando com os apontados pela literatura. A partir dessa aplicação, e da reunião e análise dos resultados das etapas anteriores, pretende-se no último objetivo específico refinar a proposta de metodologia, indicando os passos a serem observados numa completa avaliação da utilidade social de organizações da sociedade civil, considerando a perspectiva dos beneficiários. As contribuições esperadas são de ordem prática e teórica, tanto para a desmistificação do processo de avaliação, quanto por apresentar uma metodologia de avaliação multidimensional, que considere a utilidade social de organizações da sociedade civil dos diversos tipos e formatos.

**Palavras-chave:** Avaliação da Utilidade Social. Avaliação de Impacto. Organizações da Sociedade Civil. Economia Solidária.

<sup>1</sup> Doutorando em Administração - Núcleo de Pós-Graduação em Administração/NPGA/UFBA

## GOVERNO ECONÔMICO E TERRITORIAL DO MUNDO RURAL NO BRASIL: COALIZAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS E MODO DE DESENVOLVIMENTO

*Mathieu Eymeric Cornil Fruleux<sup>1</sup>*

### Resumo

Essa pesquisa é baseada na observação construída de um fato estilizado paradoxal: as políticas públicas procurando a reestruturação competitiva do setor agrário, consideradas para trazer um crescimento sustentável, não tem permitido de apoiar a inflexão distributiva do regime de crescimento. Nesse contexto, perguntamos porque o governo do mundo rural no Brasil não tem permitido consolidar uma transição para um modo de desenvolvimento socialmente inclusivo baseado nos ganhos de competitividade industrial. Uma questão específica é entender porque a agricultura de padrão familiar não tem conseguindo competir com o agronegócio na formação de uma governança que apoia o projeto e a coalizão neo-desenvolvimentista. Essa pesquisa possui dois objetivos, os quais se inscrevem na extensão de nosso trabalho doutoral: 1/ ampliar ao campo da agricultura dita familiar a análise conduzida sobre o papel do agronegócio na ação governamental no Brasil desde a chegada ao poder do PT (Partido dos Trabalhadores) em 2003; 2/ atualizar o material explorado para caracterizar, de um lado, o regime das ideias dominantes no debate macroeconômico e, de um outro lado, o governo econômico do agronegócio (a partir de um estudo de caso da cadeia sucro-energética em seus territórios tradicionais), o que permitira estender a análise destes à conjuntura da atual crise econômica e política. Esses prolongamentos da tese completam seus resultados já obtidos a fim de dar lugar à publicação de uma obra que traz luz sobre o que designamos como governo econômico do mundo rural enquanto fábrica social das coalizões socio-políticas que fundam um modo de desenvolvimento do Brasil. Pretendemos mostrar que o peso político, econômico e societal que recobra o agronegócio tem que ser compreendido para além do único ângulo do objetivo governamental de obtenção de superávits comerciais nas commodities, visando resolver o problema do estrangulamento externo. Nosso estudo relaciona essa determinação macroeconômica com a análise do jogo dos atores públicos e privados. Nosso argumento baseia-se numa teorização da semi-funcionalidade dos meso-sistemas ao nível macro que sublinha a importância do meso-corporativismo na moldagem dos compromissos institucionais a nível macro. Completamos essa abordagem integrando a representação topológica do social proposta por Théret (1992) para precisar como três ordens de práticas sociais (econômica, política e simbólica) são articuladas na fábrica dos compromissos institucionais. Essa descrição do peso das estruturas sociais é enriquecida pelo estudo das forças políticas “vivas” estabelecendo coalizões. Propomos assim uma abordagem da ação coletiva em termos topológicos. As informações (qualitativas e quantitativa) coletadas são objeto de uma teorização intermediária sob o nome de “governo econômico” da formação dos atores coletivos emoldurado por formas organizacionais estabelecidas numa determinada “governamentalidade” (ou a produção de saberes e referenciais de políticas públicas). Em termos de método, a concepção da economia política e institucional adotada nessa pesquisa inscreve-se no quadro da pesquisa de uma superação de clivagens entre, de um lado, individualismo metodológico e holismo, e de um outro lado, entre economicismo e culturalismo. A partir do caso do mundo rural brasileiro, procuramos testar nossos conceitos operacionais, a fim de refinar e melhorar nossa teorização das relações meso-macro. Escolheremos assim contribuir para o programa de pesquisa da escola da regulação. Nessa perspectiva, o construto teórico não é elaborado dum modo hipotético-dedutivo, mas abduutivo, quer dizer através de uma série de idas e volta explícitas entre conceitos e observações. As explicações são elaboradas *ex-post* e conduzem desse modo a teoria *ad hoc* (no bom sentido do termo, quer dizer em acordo com os fatos estilizados derivados da observação). As observações da pesquisa de campo combinarão pesquisa de dados e estatísticas, entrevistas semi-diretivas com atores públicos e privados do desenvolvimento rural e observações em eventos profissionais.

**Palavras-chave:** Governança. Mudança Institucional. Agricultura Familiar. Ação Coletiva. Escola da Regulação.

<sup>1</sup> Pós-Graduação em Administração – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

## RELAÇÃO ENTRE VOLUNTARIADO E CIDADANIA ATIVA NO TERCEIRO SETOR: UMA PROPOSTA DE MENSURAÇÃO

Patricia Trindade Caldas<sup>1</sup>

### Resumo

Como fenômeno em expansão no país e no mundo, o trabalho voluntário tem sido apontado como prática que tem o potencial de desenvolvimento da cidadania (MUSICK; WILSON, 2008; LOURIMER, 2010; PURDAM; TRANMER, 2014; NAVES, 2016). Embora seja uma relação complexa, já que o conceito de "Cidadania" é complexo, polissêmico, dinâmico em termos de tempo e lugar (HEATER, 2004; PINSKY E PINSKY, 2017) e o trabalho voluntário nem sempre se concretiza em uma forma de engajamento cívico (e vice-versa), pode-se considerar que esta prática incentiva atitudes cívicas ao tornar as pessoas mais conscientes dos problemas sociais e da necessidade de soluções políticas; ao encorajar a crença de que um contrato social está subjacente a uma vida social ordenada; ao possibilitar maior aprendizado sobre as questões e políticas locais e; ao ensinar habilidades cívicas (MUSICK; WILSON, 2008). Embora haja discussões calorosas na academia sobre o sentido, abrangência e impacto do voluntariado frente à coletividade, acredita-se que, em conjunto, o voluntariado tem efeito positivo na cidadania ativa de seus praticantes, sendo estes mais propensos a terem um potencial transformador da cidadania maior que os que não são voluntários. Apesar da literatura pressupor a relação entre voluntariado e cidadania, não se encontrou evidências de trabalhos que analisem essa relação de forma direta ou quantitativa, conforme busca em portais de pesquisa (Periódicos Capes e Scopus). Também não foi encontrada escala de mensuração de cidadania que pudesse ser aplicada no Brasil nem especificamente ao contexto do voluntariado. Nesse sentido a problemática que norteia este estudo é: em que medida o voluntariado amplia a cidadania daqueles que o praticam? Logo, este trabalho visa **analisar em que medida a atividade voluntária amplia a cidadania daqueles que o praticam**. Para tanto, são definidos os seguintes objetivos específicos: (1) definir um conceito de cidadania ampliada que se aplique à realidade brasileira; (2) desenvolver uma escala de mensuração da cidadania; (3) Aplicar a escala com grupos de voluntários e não voluntários e; (4) Comparar resultados entre os grupos. Metodologicamente, opta-se pela pesquisa exploratório-descritiva e quantitativa, onde será desenvolvida uma escala de mensuração (embasada na metodologia de Costa (2011)) e aplicada com dois grupos: voluntários (praticantes a pelo menos um ano) e não voluntários. Almeja-se realizar a estratégia *survey* para coleta de dados, contatando ONGs atuantes no Estado da Paraíba, que tenham voluntários engajados. Para relacionar os dois construtos, propõe-se realizar, a priori, a análise de regressão. Com os resultados desta pesquisa, pretende-se tanto contribuir para compreensão do voluntariado no país; no desenvolvimento de uma definição de cidadania mais condizente ao contexto brasileiro; assim como também na compreensão da relação entre os dois temas. O olhar da ciência da administração sobre estes construtos sociais interdisciplinares também pode ser tido como contribuição, colaborando com o entendimento desta relação que impacta diretamente gestões e produtos sociais. Como contribuição prática, espera-se que o instrumento desenvolvido sirva como ferramenta de orientação estratégica para governos e instituições, de forma a apoiar ações públicas e privadas de intervenção e mudança da realidade voltadas para a geração de cidadania.

**Palavras-chave:** Cidadania. Voluntariado. Terceiro Setor. Escala de Mensuração. Fenômenos Sociais.

<sup>1</sup> Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba

## **DADOS ABERTOS COMO INDUTORES DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE SOCIAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UM ESTUDO A PARTIR DE MUNICÍPIOS GAÚCHOS**

*Reneo Pedro Prediger*

### **Resumo**

A sociedade cada vez mais produz, consome e é regida por dados. A vida dos indivíduos e das organizações é permeada por dados. Nas instituições públicas, sejam da administração direta ou indireta, independente do poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) e da instância (Federal, Estadual ou Municipal) que representam, o panorama é bastante semelhante. As Administrações Públicas são produtoras e depositárias de uma massa significativa de dados que se relacionam com a vida cotidiana da comunidade, do estado ou da nação. Estes dados, relativos à ocorrências pessoais, trabalhistas, financeiras, estatísticas, ambientais, climáticas, de transportes, geográficas, culturais, científicas, dentre outras, são geralmente armazenados em bancos de dados, editores de textos, planilhas eletrônicas, imagens, áudios, vídeos e mapas quando não em papel. A ideia de governo eletrônico, muitas vezes apresentado como e-government ou governo digital, tem inspirado políticos, pesquisadores e administradores públicos a empregarem estes termos como sinônimos de transparência e salto de qualidade no ato de governar. As promessas de maior eficiência e eficácia, contudo, não tem se concretizado. O simples acesso à informação, tal como efetivada, não é o suficiente para a transparência governamental. A grande massa de dados e informações, mantidas em poder das administrações públicas, na maior parte dos casos não são compartilhadas ou tratadas adequadamente. Quando ocorre são disseminadas parcialmente, incorretamente ou, até mesmo, são tendenciosas. A transparência pode ser abordada, deste modo, por meio da disponibilização destes dados na sua forma bruta, sem qualquer tipo de tratamento e discriminação, configurando os chamados dados governamentais abertos. Poucos municípios, notadamente os de maior porte, implementam políticas de disponibilização de seus dados em formato aberto em que pese todo o arcabouço legal no sentido da disponibilização por parte dos entes públicos. Estima-se também, que práticas desta natureza, fortemente relacionadas à Governo Aberto, podem constituir-se indutores da transparência pública, da participação e colaboração cidadã, do controle social e da gestão social. Este projeto de pesquisa, desta forma, quer identificar e analisar os fatores institucionais (políticos, administrativos e tecnológicos) que dificultam ou impedem a disponibilização de dados abertos municipais e propor modelos ou estratégias para superá-los nos municípios brasileiros a partir de observações em municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Para atingir estes objetivos optou-se por uma abordagem teórico-metodológica de hermenêutica profunda e uma abordagem epistemológica inserida no paradigma da teoria social crítica. Serão aplicados questionários semiestruturados em todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul e realizadas entrevistas em profundidade em 10 destes municípios. Espera-se, como um resultado adicional, a proposição de modelo, estratégia e/ou plano para superação das dificuldades.

**Palavras-chave:** Dados Abertos. Governo Aberto. Transparência. Participação. Colaboração. Gestão Social.

## COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE DAS MELHORES PRÁTICAS DESENVOLVIDAS EM ÓRGÃOS FEDERAIS EM UBERLÂNDIA (MG)

*Sarentaty Inês Karoline Santana dos Reis<sup>1</sup>*

### Resumo

tendo em vista o conceito de Ciclo de Políticas Públicas, como podem ser analisadas as práticas adotadas por órgãos públicos federais em Uberlândia, relativas à coleta seletiva solidária? O objetivo geral desta pesquisa é: à luz do Ciclo de Políticas Públicas, analisar quais as práticas adotadas por órgãos públicos federais em Uberlândia, relativas à coleta seletiva solidária. Como objetivos específicos, elencam-se: a) Analisar as práticas de coleta seletiva adotadas nos órgãos públicos federais selecionados situados em Uberlândia à luz do Decreto nº 5.940/2006; b) Apontar as boas práticas e oportunidades de melhorias apresentadas no processo de coleta seletiva praticado pelos órgãos públicos federais analisados; c) Sugerir estratégias para maximizar os propósitos da coleta seletiva nos órgãos pesquisados. A atual pesquisa justifica-se pela necessidade de envolvimento de todos os órgãos públicos federais com a sustentabilidade, por razões, além da obrigação legal, éticas e morais. Devem-se considerar os benefícios que podem ser adquiridos a partir deste envolvimento e da adoção de um posicionamento estratégico. Políticas públicas como essa, que propõe a criação de capacidade de mudança comportamental, podem ser apontadas como meios de se alcançarem benefícios ambientais, econômicos e sociais. A justificativa prática leva em consideração o fato de a autora da pesquisa estar diretamente envolvida no ambiente universitário da UFU - que representa um órgão público federal e também será analisada na pesquisa proposta - como estudante e como assistente em administração da mesma universidade. Tais relações permitem que a autora esteja ciente dos desafios que tais órgãos enfrentam para efetivar a coleta seletiva solidária, e ainda entrelaça o objetivo do projeto ao objetivo do Mestrado Profissional em Administração. A hipótese aventada é de que os órgãos que serão investigados já adotem práticas de coleta seletiva, em cumprimento ao Decreto nº 5940/2006. No entanto, acredita-se que os mesmos órgãos não sigam a ordem de prioridade expressa no artigo 35 do Decreto nº 7.404/2010, qual seja: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Para desenvolver a metodologia, será aplicado um estudo multicaso com apoio de dados qualitativos, sendo que os instrumentos de coleta de dados serão a entrevista em profundidade, com posterior análise de conteúdo. Demais informações para a construção desse trabalho de pesquisa serão obtidas por meio de pesquisa documental, observação participante, pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, textos acadêmicos, informativos institucionais e legislações pertinentes.

**Palavras-Chaves:** Coleta Seletiva Solidária. Políticas Públicas. Economia Popular Solidária. Decreto 5.940/2006.

---

<sup>1</sup> Pós-Graduação em Gestão Organizacional – gestão pública na Faculdade de Gestão e Negócios (Fagen) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

## AFINAL, O QUE É A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO? TEORIZANDO OS SENTIDOS DO FENÔMENO ORGANIZACIONAL PELA *GROUNDED THEORY*

Tatiana Aparecida Fereira Doin<sup>1</sup>

### Resumo

O propósito deste projeto de tese é desenvolver uma pesquisa empírica, fundamentada nas experiências dos sujeitos que significam e ressignificam o fenômeno organizacional, contextualizando as possíveis faces da economia do compartilhamento de acordo com o espaço e tempo ao qual estão submetidas. Dito de outro modo, identificar, a partir das experiências a serem pesquisadas, “as nuances” (MCLAREN; AGYEMAN, 2016, p. 4), “paradoxos” (SCHOR et al., 2016, p. 66) e o emaranhado de desafios (BORCUCH, 2016; JOHN, 2013) que a economia do compartilhamento impõe ao sistema social mais amplo composto pelo mercado, Estado, sociedade e meio ambiente. Assim como esse sistema social significa e é constrangido pela dinâmica da economia do compartilhamento. Ou seja, o objetivo desta proposta tese é definir a economia do compartilhamento enquanto fenômeno organizacional na percepção dos sujeitos que o idealizam, que o desenvolvem e que o experienciam. De modo a cumprir o objetivo supracitado, propõe-se um desdobramento prévio nos seguintes objetivos específicos:

- Investigar o estado da arte para identificar a categorização das taxonomias existentes e evidenciar as semelhanças, ambiguidades e lacunas teóricas;
- Confrontar a literatura com as experiências de economia do compartilhamento acessadas no campo para identificar as inflexões e conflitos conceituais;
- Identificar os propósitos e valores atribuídos à economia do compartilhamento;
- Interpretar os significados da economia do compartilhamento, para conceituar e categorizar taxonomias pela teoria fundamentada em dados empíricos.

Tendo em vista a emergência da pesquisa empírica (MARTIN, 2016), a escassez de estudos no Brasil (RAMALHO; SILVA JÚNIOR, 2016) e a necessidade de uma perspectiva transdisciplinar, situada no tempo e no espaço, sugere-se o desenvolvimento de uma teoria substantiva. Essa teorização se dará pelo método da *Grounded Theory* - Teoria Fundamentada em Dados (STRAUSS; CORBIN, 1998), na perspectiva construtivista de codificação proposta por Charmaz (2006) e será fundamentada nas experiências dos idealizadores, desenvolvedores e usuários da economia do compartilhamento. A criação de uma teoria fundamentada com perspectivas mais amplas e situadas no devido contexto da pesquisa social é a contribuição esperada para o campo. Ou seja, para além da criação de uma teoria baseada somente na ótica dos usuários da economia do compartilhamento (MILANOVA; MAAS, 2017) e “separar a retórica da realidade” (NADEEM, 2015, p.13). De acordo com os pressupostos da *Grounded Theory*, a literatura é relevante no final do processo de teorização e poderá ser utilizada para “integrar-se ou contrastar com os resultados gerados” (BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA, 2010, p. 260). Desse modo, inicialmente o referencial teórico será apenas pano de fundo para fundamentar a proposta de teorização substantiva. Para tanto, serão apresentadas uma contextualização e uma revisão sistemática da literatura, criticando a fragmentação teórica e a subversão do sentido da economia do compartilhamento em oportunidades de negócio que se transformaram, por exemplo, em *big companies*. Portanto, ao propor uma teoria substantiva para conceituar e categorizar taxonomias pelas experiências locais de economia do compartilhamento, este projeto de tese contribuirá tanto para a literatura quanto para o campo da prática, no sentido de revelar as possíveis significações da economia do compartilhamento enquanto fenômeno organizacional.

<sup>1</sup> PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



**Palavras-chave:** Economia Compartilhada. Economia de Acesso. Economia Do Compartilhamento. *Grounded Theory*. Teoria Fundamentada em Dados.

# **Escola Livre em Gestão Social**



**COMPARTILHANDO REPRESENTAÇÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE**  
***SHARING REPRESENTATIONS ABOUT THE ENVIRONMENT***  
***COMPARTIENDO REPRESENTACIONES SOBRE EL MEDIO AMBIENTE***

*Carlos Sarmiento do Nascimento*  
*Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo*

**Resumo**

O conteúdo da oficina contempla a discussão sobre desenvolvimento sustentável, a teoria das representações sociais, análises de representações sobre o meio ambiente, o núcleo central e o sistema periférico das representações, bem como o grau de compartilhamento de representações. O propósito da oficina é produzir, com os participantes, uma concepção sobre o meio ambiente, a partir da divulgação das análises à luz da teoria das representações sociais e da sistematização das enunciações do público, avaliando o compartilhamento de suas impressões individuais na construção de uma concepção coletiva. No primeiro momento, serão definidos grupos de participantes com base em seus papéis. Em seguida, cada grupo irá evocar sua opinião sobre o meio ambiente. Na sequência, as evocações serão organizadas, revelando o grau de compartilhamento das representações. Ao final, serão apresentados exemplos de representações sobre o meio ambiente. O público esperado será composto por estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e profissionais interessados nas áreas de desenvolvimento e meio ambiente, que questionam ou buscam compreender as diferentes concepções atribuídas ao meio ambiente, avaliando suas aderências aos processos de desenvolvimento territorial e o grau de compartilhamento das representações no grupo de participantes.

Palavras-chave: Representações. Meio ambiente. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Compartilhamento.

## COMUNICAÇÃO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

*Nelson Russo Moraes  
Alexandre Castro Campos  
Fernando da Cruz Souza  
Carolina Regazzo*

### **Resumo**

Sociabilidade de comunidades e da sociedade. Decreto 6040/2017. Desafio indígena. Desafio quilombola. Circunscrição de ribeirinhos, extrativistas e geraizeiros. Responsabilidade da academia. A oficina “comunicação, cultura e políticas públicas em comunidades tradicionais” (proposta pelo GEDGS – Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social/UNESP) se propõe a promoção de um diálogo sobre o contexto e a importância do decreto para algumas das mais expressivas comunidades tradicionais por ela delimitadas. O conteúdo será apresentado como tópicos e provocações à participação serão mecanismos para que a dialogicidade possa se estabelecer. Por fim, ao provocar os participantes sobre o papel da academia diante da redução cultural (para além de territorial) sofrida durante séculos pelas comunidades tradicionais, pretende-se (como produto final) articular uma trilha para a estruturação da Rede Internacional de Pesquisadores Sobre Comunidades Tradicionais.

**Palavras chaves:** Comunidades tradicionais. Gestão Social. Sociabilidade.

## COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA: RESISTÊNCIA E INCLUSÃO COMUNICACIONAL EM PROJETOS DE GESTÃO SOCIAL

*Alberto Magno Perdigão Silveira*

### **Resumo**

O minicurso trata da comunicação comunitária e alternativa como forma de resistência e de contraposição à exclusão comunicacional na perspectiva da gestão social. Ao final do minicurso o aluno estará capacitado a fazer uma leitura crítica do sistema comunicacional brasileiro e a se compreender como protagonista no enfrentamento à exclusão comunicacional que afeta os processos e resultados de projetos sociais privados, públicos e do terceiro setor. A metodologia inclui exposições teóricas, apresentação de pesquisas recentes, a exibição de depoimentos em vídeo de especialistas e a discussão de casos frente às realidades locais. Dirigido a profissionais que lidam direta ou indiretamente com a gestão social, estudantes e interessados.

**Palavras-chave:** Comunicação Comunitária. Comunicação Alternativa. Exclusão Comunicacional. Esfera Pública. Democracia.

## OFICINA DE GESTÃO DE CONFLITOS EM GOVERNANÇA DE TERRITÓRIOS

*João Martins de Oliveira Neto  
Rosélia Maria Soares Mesquita*

### **Resumo**

Demonstrar como utilizar a Tecnologia Social: Modelo de Gestão Social de Conflitos na Governança de Territórios – MGSCGT, nos diálogos e escutas dos colegiados de gestão territorial. Os participantes serão estimulados a elaborarem soluções para as situações de conflitos vivenciadas na governança, utilizando o conflito como elemento de inovação para gestão social do território. A metodologia terá exposição dialógica e trabalhos de grupos, facilitados pelo uso do MGSCGT que contem dez dimensões: partes envolvidas (permite analisar a influência dos atores na definição ou supressão das forças em jogo); traços e habilidades pessoais das partes envolvidas (conhecer as competências gerenciais e habilidades); posição estratégica das partes (permite identificar as coalizões, disputas e conflitos); as forças em jogo (identificar áreas de geração de disputas nos espaços de governanças); as tarefas (permite a construção de um plano de ação); os processos (revelará disfunções que possam contribuir para a instalação de conflitos a partir dos processos); as relações (importância no que se refere à busca de uma boa (con)vivência organizacional); os segmentos envolvidos (o conjunto de indivíduos e organizações); as bases estruturais de conflitos (bases de comunicação; estrutura e variáveis pessoais) e técnicas de gestão de conflitos. Gestores de organizações sociais, alunos, professores, curiosos.

**Palavras-chave:** I. Desenvolvimento Territorial. II. Gestão de Conflitos. III. Gestão Social. IV. Governança. V. Tecnologia Social.

## PARTICIPAÇÃO, PESQUISA-INTERVENÇÃO E GESTÃO SOCIAL

*Tania Mezzomo Keinert*

### Resumo

A proposta de vivência formativa denominada “**Participação, Pesquisa-Intervenção e Gestão Social**”, de nível básico, contempla 3 módulos de aprendizagem: a) um primeiro (4 horas/aula), no formato de Oficina, no qual os participantes se envolverão na vivência da utilização de um instrumento participativo de pesquisa-ação<sup>1</sup> denominado “Mapa Falante”; b) num segundo (4 horas/aula), no formato de Mini-Curso, no qual os participantes refletirão sobre um conjunto estruturado de conhecimentos sobre as noções de **Participação, Pesquisa-Intervenção e Gestão Social** debatendo e estabelecendo relações sobre seus principais conteúdos; e, c) um terceiro (4 horas/aula), novamente no formato de Oficina, no qual os participantes experienciarão, em pequenos grupos, uma metodologia participativa denominada “*Photovoice*” (Dar Voz à Foto). É objetivo deste Ateliê Tecnológico (Oficina/Curso/Oficina) a partir da vivência de técnicas metodológicas participativas e da apresentação de uma diversidade de concepções com essa abordagem, propiciar uma reflexão sobre as suas possibilidades como práxis investigativa; lançar o debate sobre a sua inclinação para a transformação participativa num contexto em que sujeitos, pesquisadores e gestores interagem na produção de novos conhecimentos; ressaltando seu caráter formativo-emancipatório.

**Palavras-chave:** Participação. Pesquisa-Intervenção. Pesquisa-Ação. Formação. Gestão Social.

---

<sup>1</sup> Ainda que, conceitualmente, possam ser feitas distinções, os termos **Pesquisa-Intervenção e Pesquisa-Ação**, para as finalidades deste Ateliê, serão utilizados como sinônimos.

## **O PULO DO GATO: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO-AÇÃO, BASEADA NAS METODOLOGIAS INTEGRATIVAS, PARA AMPLIAR O ESCOPO, A EFICÁCIA E A CRIATIVIDADE DAS PRÁTICAS DE GESTÃO SOCIAL**

*Valéria Giannella*

### **Resumo**

**1ª Oficina:** Percurso de avaliação entre pares (os participantes) das práticas de gestão social em que estão envolvidos; identificação de pontos de força/fraqueza, elementos que aumentam as chances de eficácia/ineficácia das práticas; diagnóstico individual sobre o “grau de saúde” de suas práticas. **Mini-curso:** Gestão social e ecologia de saberes; a proposta das MI e sua relação com a ampliação do acesso à participação e a eficácia das práticas. Mini vivência de MI. Roda de conversas e perguntas/reflexões dos participante sobre as MI e seu potencial. **2ª Oficina:** Releitura das práticas de GS dos participantes a partir das contribuições/reflexões desenvolvidas no mini-curso. Identificação de recursos integrativos passíveis de ser usados nos diversos casos. Simulação-experimentação de casos selecionados. Finalização do percurso com apresentação dos produtos de trabalho de grupo e roda de diálogos entre os participantes sobre potenciais e perspectivas da proposta vivenciada. Graças ao percurso aqui proposto almejamos que os participantes possam ampliar sua visão acerca das formas de planejar, conduzir, e reformular processos de gestão social, atendendo ao desafio da ativação de, e do diálogo entre, sujeitos diferentes por cultura, valores, interesses... construir relações cooperativas entre os diversos atores envolvidos em uma ação pública. É um desejo que a partir deste momento estes gestores, pesquisadores e admiradores do campo possam contribuir de forma criativa com sua área de atuação. Um detalhamento das competências que se espera seja desenvolvido encontra-se no final dessa proposta.

**Palavras-chave:** Metodologias Integrativas; Gestão Social; Participação.

**Palabras clave:** Metodologías Integrativas; Gestión Social; Participación.

**Keywords:** Integrative Methodologies; Social Management; Participation.



## **II Cine Gestão Social**



**DEPRESSÃO NÃO É DRAMA  
DEPRESSION IS NOT DRAMA  
DEPRESIÓN NO ES DRAMA**

O documentário “Depressão não é drama” faz parte da 2ª Avaliação da disciplina Políticas Públicas III, do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do recôncavo da Bahia (UFRB). O filme traz depoimento de Andreza R. Trindade, que tem acompanhamento no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) da cidade de Cachoeira. Ela foi diagnosticada com depressão e síndrome do pânico, em 2009. A personagem fala sobre a doença, a busca pelo tratamento, o atendimento feito pelo CAPS, seu dia a dia em casa e a incompreensão das pessoas ao seu redor.

**Ficha técnica**

**Título:** Depressão não é drama

**Produção:** Islane Janaina, Janaiany Miranda, Larissa Trindade e Valdelice Santos

**Roteiro:** Islane Janaina, Janaiany Miranda, Larissa Trindade e Valdelice Santos

**Personagem principal:** Andreza Trindade

**Entrevistada do CAPS:** Maria das Graças de Castro

**Imagem:** Janaiany Miranda e Valdelice Santos

**Luz:** Islane Janaina e Larissa Trindade

**Edição de vídeo e som:** Janaiany Miranda e equipe

**Músicas:** Oswaldo Montenegro - Metade; Stitches - Solo Fingerstyle Guitar Version

**Duração:** 5’ 19’’ **Ano:** 2017.

## UNIDOS VENCEREMOS

Link do vídeo: <https://youtu.be/PYuMWJczPqQ>

O curta é uma ficção que relata, através da técnica de *flashback*, a história da professora Elane, nascida na comunidade do Arienga, no interior do Pará. Pesquisadora bem-sucedida no tempo atual, ela usa exemplos, vivenciados em sua infância, para explicar à sobrinha conceitos sobre cooperação, reciclagem, união e amizade. Tudo gira em torno do esforço de sete meninos que se unem para conseguir um uniforme para o time de futebol que eles formaram naquela comunidade. Enquanto navega em suas lembranças, a professora mostra, para a sobrinha curiosa, um de seus inventos: o Container Inteligente para a coleta de material reciclável.

### Ficha Técnica

*Diretor e Produtor:* Mauro Margalho Coutinho

#### *Consultoria*

Mário Vasconcellos Sobrinho

Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos

#### *Roteiro*

Mauro Margalho Coutinho

Mário Vasconcellos Sobrinho

Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos

Luciana Rodrigues Ferreira

Observação: O estúdio LMT (Little Motion Team), citado no início do curta, é um estúdio familiar de propriedade do diretor. Não se trata de empresa constituída.

## TERREIROS CRIATIVOS

**Link do vídeo:** <https://www.youtube.com/watch?v=3RAJaJuEyjE&feature=youtu.be>

O curta-metragem “Terreiros Criativos” é uma produção dos estudantes do 6º semestre da disciplina de Laboratório em Telejornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA). O documentário apresenta projetos sociais que constroem em parceria com os moradores das comunidades: João Cabral, localizado na cidade de Juazeiro do Norte-CE e do Gesso, localizado na cidade de Crato-CE, oportunidades para os próprios moradores demonstrarem seus talentos e desenvolverem também a cultura regional do Cariri Cearense. Os bairros são vistos e reproduzidos pela imprensa local como lugares de alta periculosidade, como se não houvessem outras realidades diferentes das cenas exibidas nas reportagens policiais. A violência e a criminalidade são fatos existentes, entretanto, não são as únicas realidades, e o documentário tem o propósito em revelar ao público o outro lado do João Cabral e da Comunidade do Gesso.

### Ficha Técnica

#### **Produção:**

Martha Fernanda Alves dos Santos

Francisco Jonas de Freitas Cordeiro

Leandro Medeiros Santos

Regilânia dos Santos Quirino

José wendesor Souza de Oliveira

#### **Edição de Texto:**

Regilânia dos Santos Quirino

#### **Imagens:**

Allison José Soares Gomes

Leandro Medeiros Santos

José wendesor Souza de Oliveira

#### **Edição de imagens:**

Allison José Soares Gomes

**Professora Responsável:**

Luciane Antoniutti

**Agradecimentos:**

Coletivo Camaradas

Reisados Dos Irmãos

## FRAGMENTOS

Endereço link: <https://youtu.be/Ri-uL7rVR2M>

O vídeo, com duração de 13 minutos, consiste em um registro do trabalho de campo realizado durante a pesquisa *“Proteção social, autonomia e território: termos de uma equação necessária para ampliar efetividade da ação governamental junto às famílias em condição de pobreza extrema”* (457062/2013-4), desenvolvida a partir de um edital do CNPq/MDS.

A pesquisa teve como objetivo compreender os efeitos dos serviços socioassistenciais desenvolvidos nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), no fortalecimento da dimensão sócio relacional de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, tendo a dimensão do território como variável interveniente. Não se tratou de buscar uma avaliação de efeitos da ação dos serviços socioassistenciais no sentido estrito ou rigoroso do termo. A pesquisa considera tais serviços como expressão de mecanismos ou fatores de proteção, capazes de incidir nas trajetórias de vida, com efeitos de tipos e intensidade distintos entre as mulheres que tem algum contato com o CRAS.

Os serviços buscam efeitos e resultados ambiciosos e de natureza intangível, como bem aponta a ideia de aquisições. Entretanto, não são poucas as dificuldades em mensurar objetivos de natureza menos tangível, como é o caso do fortalecimento de vínculos ou da produção de efeitos nos aspectos de natureza psicossocial. A perspectiva foi a de explorar as mudanças que são operadas nos sujeitos atendidos por tais serviços, buscando conformar um marco analítico adequado para compreender os processos e os resultados envolvidos na produção das políticas de assistência social. Foram considerados territórios urbanos e rurais, na perspectiva de focar o território também como objeto de análise, como dimensão explicativa importante nas políticas de proteção social.

A política de assistência está inserida no campo da seguridade, entendida na matriz dos direitos; e tem como objeto de intervenção a vulnerabilidade e os riscos aos quais as famílias estão sujeitas, em territórios específicos. As perspectivas da matricialidade sócio-familiar e da territorialização constituem as diretrizes básicas da política.

Dizer de vulnerabilidade significa dizer de um fenômeno complexo, multideterminado, multifacetado ou multidimensional. A vulnerabilidade envolve privação de ativos tais como renda, educação, saúde, moradia e ativos produtivos de forma geral; mas também ativos como capital social, relações familiares e aspectos psicossociais. Isso porque a concepção de vulnerabilidade está lastreada na ideia de que a pobreza apresenta uma dupla condição: ao mesmo tempo privações objetivas, materiais e também privações de natureza menos tangível, tais como as que se referem aos laços e relações sociais e às privações psicossociais, expressas por crenças e comportamentos que reforçam sentimentos de frustração, baixa auto estima, fatalismo, resignação, dependência ou subalternidade. As pessoas em condição de pobreza extrema sofrem não apenas de carências de recursos materiais, mas também de recursos emocionais e de capacidades diversas, dentre elas capacidades relacionais, que tem impactos nas possibilidades de enfrentamento das condições de pobreza e vulnerabilidade, perpetuando círculos viciosos de difícil ruptura.

O pano de partida da pesquisa, portanto, é a constatação da existência de uma dimensão não apenas objetiva, mas também intersubjetiva no fenômeno da pobreza. Isso implica levar em

conta a dimensão relacional presente nas políticas públicas e, mais especificamente, considerar com centralidade as relações que se estabelecem entre os pobres e os não pobres (técnicos dos serviços, agentes governamentais e não governamentais etc), pois são através delas que se consolidam aspectos de natureza menos tangível, como valores, crenças, comportamentos. A subjetividade é uma categoria presente, uma dimensão que perpassa toda a construção da pesquisa, mas não se trata de uma subjetividade restrita ao âmbito do indivíduo, como algo que se expressa somente no âmbito da psicologia e de processos anímicos individuais. O foco aqui é de uma subjetividade construída socialmente, forjada e reconstruída por e através de processos sociais, interacionais. São através de atos de reconhecimento mútuo que as identidades e as trajetórias são forjadas. Somos, sobretudo, fruto de relações sociais, produto das interações estabelecidas ao longo da nossa trajetória, somos laços. As relações sociais são o fio e o tecido, a tessitura do social. Importa entender as dinâmicas ou os mecanismos relacionais envolvidos na provisão de serviços públicos e como eles afetam os resultados da política.

No campo da pobreza e proteção, essa relação é vista a partir das relações que se criam entre os beneficiários do Bolsa Família e usuários dos serviços socioassistenciais com os técnicos dos CRAS, sendo a relação entre pobres e não pobres central para compreender os processos de produção e reprodução de condições de vulnerabilidade, principalmente em sua dimensão psicossocial.

Entretanto, se a assistência social tem uma sólida trajetória na provisão de benefícios materiais para os pobres e vulneráveis, é recente a problematização da assistência social em sua dimensão não apenas material, mas relacional e intersubjetiva. Esse é um campo de contribuição da presente pesquisa, na medida em que considera os serviços socioassistenciais como expressão de mecanismos ou fatores de proteção, capazes de incidir nas trajetórias de vida, com efeitos de tipos e intensidade distintos entre as mulheres que tem algum contato com o CRAS. Os serviços buscam efeitos e resultados ambiciosos e de natureza intangível, como bem aponta a ideia de aquisições. Entretanto, não são poucas as dificuldades em mensurar objetivos de natureza menos tangível, como é o caso do fortalecimento de vínculos ou da produção de efeitos nos aspectos de natureza psicossocial. Como é possível isolar o “efeito CRAS” sobre as mudanças observadas no público atendido dos diversos processos que ocorrem com as famílias e indivíduos, nas interações cotidianas, no âmbito particular e nos contextos informais, para além dos serviços?

Dada a natureza da investigação, a pesquisa se utilizou da abordagem qualitativa, com ênfase no uso de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os técnicos que desenvolviam as ações de caráter socioassistencial, socioeducativo e comunitário e também com as famílias atendidas no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social de 4 municípios em Minas Gerais (Belo Horizonte, Diamantina, São João Del Rey e Prados), em três regiões distintas do estado (Metropolitana, Vertentes e Alto Jequitinhonha), ainda que todas próximas à área central do Estado e com forte tradição turística no estado, como parte da herança do Brasil Colonial. Foram analisados 06 CRAS, com distinções quanto à localização urbana e rural e entrevistadas famílias que são acompanhadas por 5 CRAS. São João Del Rei, Diamantina e Prados tem CRAS que são identificados como CRAS rurais, de acordo com a tipificação do Censo SUAS. Foram considerados ainda municípios de portes distintos, cobrindo todo o espectro de pequeno I, pequeno II, médio e metrópole. Apenas a categoria grande não foi contemplada na amostra. Foram selecionados 2 CRAS rurais e 01 urbano–rural, e 02 CRAS urbanos e 01 urbano/periférico. Foram realizadas 32 entrevistas, sendo 12 com os profissionais (coordenadores, assistentes sociais e psicólogos) dos 06 CRAS e 20 com as famílias usuárias dos serviços socioassistenciais, totalizando mais de 32 horas de gravações. Foram entrevistadas 05 famílias em Belo Horizonte; 07 em Diamantina; 05 em São Sebastião da Vitória e 03 em Prados.

A pesquisa buscou identificar a percepção de técnicos e gestores dos CRAS em relação ao objetivo de se fortalecer vínculos familiares e comunitários e/ou produzir alterações em aspectos psicossociais de forma mais geral, tendo como referência indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Como os agentes públicos percebem as famílias e as condições de vulnerabilidade do território? Como percebem as atividades que desenvolvem no CRAS e os resultados / efeitos produzidos nas famílias? Trata-se, nesse caso, de compreender, na perspectiva dos serviços, como os operadores da política (técnicos e coordenadores) percebem o “objeto e o contexto de intervenção” e como avaliam o alcance de resultados junto às famílias, principalmente aqueles relativos a aspectos de natureza menos tangível.

A pesquisa considerou também a perspectiva das famílias, a partir da análise de sua trajetória e na tentativa de capturar o papel do CRAS como um mecanismo de proteção em suas vidas. Quais os possíveis vínculos estabelecidos com e a partir do CRAS e como esse encontro contribuiu para algum âmbito de aquisições da família ou do indivíduo. Quem são essas famílias? Como se define sua base de ativos e as estratégias de resposta diante de situações de risco? Qual tem sido a relação com os serviços do CRAS e como percebem as mudanças operadas em suas vidas? Como o CRAS, enquanto um elemento da estrutura de oportunidades, contribui para alterar a base e o uso de ativos para o enfrentamento das vulnerabilidades e riscos que as famílias enfrentam? Conseguem, de alguma forma, incidir na reversão de situações psicossociais negativas e contribuir, dessa forma, para a redução das vulnerabilidades sociais?

Grande parte das perguntas dirigidas às famílias são relativas ao histórico e percepção das entrevistadas quanto aos serviços sociais do CRAS, os tipos de relações e ações estabelecidas e o que percebem que se alterou em suas vidas e nas vidas de suas famílias a partir desse encontro. A perspectiva prospectiva, a capacidade de desejar e projetar para si e para os filhos um futuro, a capacidade de sonhar, permite inferir uma condição psicossocial positiva, marcada pela esperança e pela não resignação absoluta ao estado de coisas existentes.

Desde Simmel sabemos que o pobre é reduzido à sua condição de pobre, que para o restante da sociedade (os não pobres), os pobres são apenas isso e nada mais. O vídeo tenta mostrar que os pobres não são apenas pobres, e que sua existência, embora constrangida pela pobreza, tem muitas facetas...o amor, o cotidiano, os filhos, os sonhos...O objetivo do vídeo, realizado como um registro visual do trabalho de campo, é trazer à cena a voz, o corpo, as expressões, os olhos, as mãos, sorrisos e memórias de mulheres que estão expostas à ação dos serviços socioassistenciais em Diamantina. Trata-se de um registro visual realizado de forma amadora, por conta das condições de filmagem (sem equipamentos próprios, luz, microfones ou equipe).

O vídeo traz esse registro de mulheres com rosto e nome, histórias, falas e silêncios. Busca-se mostrar que a pobreza não é apenas privação material, carências e faltas. É isso fundamentalmente, um mundo de privações e provações. Mas o pobre não é apenas pobre, ele não se resume em sua pobreza. As mulheres nessa situação sofrem da falta de moradia, de problemas de saúde, da precariedade da renda, tem suas oportunidades tolhidas pela ausência de escolaridade e qualificação, sofrem humilhações e descasos. Mas sofrem também por amor, tem sonhos e desejos a realizar. Da história de cada uma, fragmentos da história de todas nós.